



A CONSCIÊNCIA HUMANA E SUA RELAÇÃO COM A AUTONOMIA, A HETERONOMIA E A TEONOMIA

Wilhelm Sell^{1*}

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende oferecer uma breve abordagem sobre a questão, muito discutida em tempos recentes, da consciência e seus referenciais. No capítulo “a consciência humana no ser humano pós-moderno” serão abordados, inicialmente, alguns estudos realizados, principalmente, pelo psicanalista Charles Melmann e pelo filósofo Paul Valadier, em torno da consciência humana pós-moderna e sua relação com os referenciais que normatizam a vida. Ao constatarmos que o processo de libertação de antigos e a busca por novos referenciais ganharam importância, julgamos importante analisar brevemente, além disso, o pensamento de Peter Singer e sua proposta como uma ética de nova referência. Por fim, diante da constatação do desfazer de antigos referenciais e da busca por autocompreensão, julgamos importante incluir, neste capítulo, ainda uma breve reflexão sobre o pensamento do etologista Konrad Lorenz acerca do mal/agressão.

No segundo capítulo, é feito um estudo em torno do pensamento de autonomia do conhecido filósofo Immanuel Kant, e a respeito das implicações da conhecida expressão *cogito, ergo sum*, de René Descartes, para nossa temática. O interesse é pela compreensão kantiana de autonomia e sua relação com as heteronomias, bem como pelo método cartesiano para se atingir a verdade. Tem-se por certo que Descartes exerce forte influência sobre a busca pela moral realizada por Kant a partir do imperativo categórico.

Por fim, diante da desconfiança de que a verdade e a moral não se encontram nas estruturas ônticas do ser humano, busca-se, num breve estudo biográfico do reformador Martinho Lutero, bem como em dois dos seus escritos, uma proposta alternativa para a abordagem do assunto em

^{1*} Wilhelm Sell é Bacharel em Teologia pela Faculdade Luterana de Teologia – FLT (São Bento do Sul/SC) e mestrando no IEPG das Faculdades EST (São Leopoldo/RS).

questão. Para Lutero, a verdade não se encontra no ser humano, mas na Palavra libertadora de Deus; nas Escrituras. E assim, a proposta é uma autonomia que existe sob a teonomia.

O artigo é, de certa forma, pretensioso, isto é, toca em assuntos que, por natureza, são demasiadamente complexos para que pudessem ser devidamente contemplados num artigo breve como este. Mas não se pretende esgotar os assuntos acima mencionados, muito antes, oferecer uma pequena reflexão introdutória aos mesmos.

II. A CONSCIÊNCIA HUMANA E A AUTONOMIA NO SER HUMANO PÓS-MODERNO

1. Consciência moral e a abolição de referências

A consciência moral de cada um está intimamente ligada à sua decisão, à escolha que uma pessoa faz de se engajar num ato que assume, para prestar contas diante de si mesma e diante do outro. A moral indica à consciência o que é considerado justo ou não, certo ou errado, à própria pessoa (ou à sociedade) diante de uma ação planejada e/ou executada. Sendo assim, a consciência está diretamente vinculada às referências legitimadoras. Essas referências normalmente têm sido leis divinas e/ou humanas, textos tidos como sagrados, Palavra de Deus, ou ainda, por exemplo, no catolicismo, o magistério eclesiástico.

Uma das maneiras mais perspicazes de falar sobre a consciência do ser humano é olhar para sua ação concreta no espaço em que este vive e convive. Muito se percebe principalmente quando se relaciona sua consciência com a sua ação autônoma. A autonomia como correlato do conceito de liberdade, acredita-se ser uma das maiores conquistas da modernidade. Mas seus desdobramentos têm produzido efeitos sociais inquietantes, “em forma que se apresentam em novos ideais configurados em modo de vida em que não haveria limites para nada, em que poderia se gozar a qualquer preço”.² É incontestável que se está hoje diante de uma crise de referências. As transformações da sociedade em geral, subseqüentes à conjunção do desenvolvimento das tecno e biociências e o crescimento do liberalismo econômico, transfiguram-se em interrogativas diante das “certezas” que permeiam o experimentar a “vida”.

Existe um *mal-estar na civilização*. O que a modernidade definia como *homo faber* cedeu lugar ao “homem fabricado”, passando a existir novas pessoas num “admirável mundo novo”. Nesse novo mundo, “o

2 Cf. Mário FLEIG. *O delírio de autonomia e a dissolução dos fundamentos da moral*. In: Revista IHU (Unisinos). Ed.220. p. 32.

progresso considerável é ter efetivamente considerado o fato de que o céu está vazio, tanto de Deus quanto de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições”, sendo então, os próprios indivíduos, aqueles que têm que se determinar por si mesmos.³ Os limites de ontem são ultrapassados, considerados antiquados. Fica no passado o proibido, o impossível, o inimaginável. Charles Melmann, renomado psiquiatra francês, exemplifica isso ao citar a exposição de cadáveres em forma de “arte” feita por anatomistas da faculdade de medicina de Heidelberg na Alemanha:

Essa exposição foi apresentada pela primeira vez em 1997 numa cidade alemã, Mannheim. Foi preciso funcionar 24 horas por dia para satisfazer a massa impaciente de pessoas. Depois passou por Tóquio, com dez milhões e meio de visitantes, e Viena, onde conheceu um enorme sucesso. (...) o catálogo reúne as assinaturas de honoráveis professores alemães, que insistem na necessidade de difundir o saber anatómico, mas também no *prazer* estético que se pode ter ao olhar a exposição.

(...) essa exposição e seu sucesso popular fazem, então, valer o quanto, à nossa revelia talvez, um novo limite ultrapassado. A questão é saber o que podemos dizer a respeito, como podemos conceitualizá-la. Aqui fica apagada a permanência de um lugar que, em geral, é um lugar de memória, decerto um lugar sagrado, no qual o corpo humano que se tornou cadáver é protegido, dissimulado à visão.⁴

Com o desaparecimento do limite, o que constitui autoridade vem, simultaneamente, faltar. O lugar da autoridade sempre foi, ao mesmo tempo, o lugar de esconderijo da divindade e justamente o lugar de onde os mandamentos vinham regulamentar a vida. Atualmente cada um pode publicamente satisfazer todas as suas paixões e, além do mais, pedir que elas sejam socialmente reconhecidas, aceitas, e até legalizadas; um exemplo disso é a mudança de sexo. Toda a moral caiu por terra. A grande filosofia moral dos dias de hoje é que cada ser humano deveria encontrar, em seu meio, algo para se satisfazer plenamente. Se assim não for, surge um escândalo, um déficit, um dolo, um dano. Assim, quando alguém expressa uma reivindicação qualquer, está legitimamente no direito de vê-la satisfeita. O desejo por si só já funciona como legitimador, e legítimo é que ele encontre a sua satisfação.⁵

Ainda assim, o ser humano é encarado como aquele que está

3 Cf. Charles MELMANN. *O Homem sem Gravidade: gozar a qualquer preço*, p. 15-17.

4 Cf. Charles MELMANN. *O Homem sem Gravidade: gozar a qualquer preço*, p. 18-19.

5 Cf. Charles MELMANN. *O Homem sem Gravidade: gozar a qualquer preço*, p. 26-32.

em busca de si mesmo, de autocompreensão, alguém em busca de sua identidade. O diagnóstico é que a sociedade vive a reversão de padrões e valores, não conseguindo mais ter uma clara e nítida visão do que se é, e o que deve ser. Diante da imensa “prateleira” de possibilidades que existem e poderiam muito bem ser aproveitadas, homem e mulher sentem-se confusos, e, como alternativa, vivem muitas vezes de maneira mecânica. A busca por “autonomia” e uma total liberdade de antigos valores universais enclausurou as pessoas num vácuo existencial. Tudo o que a luta pela autonomia desejou nos últimos anos, parece tê-la tirado diante da falta de parâmetros claros que possibilitam exercer essa autonomia. Buscou-se a liberação da consciência presa a antigas normas morais.⁶

2. Consciência na eterna busca de referências

Seria totalmente errôneo passar a acreditar que, diante da abolição de antigos preceitos morais, estar-se-ia vivendo, tendo a si mesmo como referência última para a consciência, diante das ações tomadas. As referências não existem para fazer funcionar a sociedade, mas simplesmente para que o ser humano possa ser “ser humano”. Não é ele que define a moral segundo a sua vontade diante de suas necessidades, anseios, tendências e desejos. Para Paul Valadier, filósofo jesuíta, é a moral que “define o ser humano”.⁷ E isso se torna um ponto preocupante, diante da transferência de referências que atualmente se vive.

É essa transferência de referências que caracteriza a chamada pós-modernidade, no que tange à consciência, pois se constitui uma nova cosmovisão que “afirma a descentralização e a dissolução dos universais – como Igreja, Deus, ética, verdade, conhecimento”. Já não há mais um “poder regulamentador ou um ponto de convergência, pois o critério não é o de justiça ou de autoridade, nem de verdade, mas de performatividade (desempenho)”. O que passa a ser importante é o saber técnico eficiente que traga lucratividade.⁸

Mas atenta-se, diante disso, que a pessoa de hoje, com sua consciência liberada de seus compromissos tradicionais, não consegue constituir uma base reconhecida e incontestável, estando constantemente entregue a si mesma. Não possuindo seu antigo imperativo moral (como o iluminismo denominava), parece, vez ou outra, ter perdido a própria noção. Não se consegue mais distinguir entre o bem e o mal. “O sujeito, ou melhor, o *eu* se vê exposto, frágil, deprimido, porque seu tônus não está agora

6 Cf. Rollo MAY. *O Homem à procura de si mesmo*, p. 7-23.

7 Cf. Paul VALADIER. *O Elogio da consciência*, p. 17.

8 Cf. Euler Renato WESTPHAL. *O oitavo dia: na era da seleção artificial*, p. 20.

organizado, garantido por uma espécie de referência fixa, estável, segura.”⁹ Como conseqüências dessa nova sociedade observam-se: desintegração dos laços familiares, sistemas escolares mais voltados para a competitividade do que para a aquisição de uma verdadeira cultura, criminalidade, o uso abusivo de antidepressivos, o uso de drogas, a liberalização sexual.¹⁰

Assiste-se a uma desestruturação das consciências, mas também uma busca constante por novos referenciais que poderiam suprir a falta dos antigos. Faz-se isso transferindo esperanças, também messiânica e escatológica, para aquilo que traz “novos referenciais”, tentando assim regulamentar novamente a vida. Um exemplo é a biomedicina, na qual “há uma esperança messiânica e escatológica de um futuro sem males, da ausência de doenças, da superação da morte e da vida eterna”.¹¹ Surge a idéia de uma nova verdade, realizou-se a secularização da secularização.

Se os referenciais são conceitos que se têm por verdade e verdadeiro, os quais são ligados à consciência, certamente se torna útil analisar esta nova ética, ou uma corrente dela, a partir daquilo que vem constituir bases na nova maneira de viver. Esse é o assunto a ser tratado no próximo tópico deste estudo.

3. Peter Singer: uma ética de novas referências

Peter Singer, com certeza, é um dos pensadores mais polêmicos no campo da ética na atualidade. Quem lê seu escrito, logo percebe a existência de uma busca por novas referências que possam constituir uma base reconhecida para normatizar, normalizar e colocar de maneira lógica a vida humana. Há uma tentativa de formular novos fundamentos à razão e, assim, à consciência, de modo que a pessoa possa, com uma nova referência, prestar contas diante de si mesma e perante o outro, por uma atitude tomada. Para tanto, será usado seu escrito “*Ética Prática*”.

De início, o índice do livro já chama a atenção. Encontram-se capítulos como: “*O que há de errado em matar?*”, “*Tirar a vida: o embrião e o feto*”, “*Tirar a vida: os seres humanos*”. Mesmo que não se tratará detalhadamente de tudo o que o autor aborda em seu livro, será feita uma busca da referência legitimadora de, por exemplo, tirar a vida de um ser humano.

Para Singer, ser humano não é sinônimo de pessoa. Ser humano é sinônimo da espécie *homo sapiens*, enquanto pessoa é o ser que possui consciência de si, autocontrole, senso de futuro e passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação, comunicação e curiosidade. “O

9 Cf. Charles MELMANN. *O Homem sem Gravidade: gozar a qualquer preço*, p. 40.

10 Cf. Paul VALADIER. *O Elogio da consciência*, p. 23-25.

11 Cf. Euler Renato WESTPHAL. *O oitavo dia: na era da seleção artificial*, p. 28.

embrião, o feto, a criança com profundas deficiências mentais e o próprio bebê recém-nascido são, todos, membros inquestionáveis da espécie *homo sapiens*, mas nenhum deles é autoconsciente, nem possuem senso de futuro ou capacidade de se relacionar com outros”, e de forma alguma, são, portanto, pessoas.¹² Segundo Singer, há seres da espécie humana que não são pessoas, assim como há pessoas que não são da espécie humana, por exemplo: orangotango, gorilas, chimpanzés, baleias, golfinhos, possivelmente também cachorros, gatos e até mesmo porcos.¹³

Assim, parece que o fato de, digamos, matarmos um chimpanzé é pior do que o de matarmos um ser humano que, devido a uma deficiência mental congênita, não é e jamais será uma pessoa. (...) Um ser autoconsciente tem consciência de si enquanto entidade distinta, com um passado e um futuro. Um ser dotado de tal consciência de si será capaz de ter desejos relativos a seu próprio futuro, e, sendo assim tirar as vidas dessas pessoas sem o seu consentimento significa frustrar os seus desejos para o futuro. Deste modo, matar uma lesma ou um bebê de um dia não frustra nenhum desejo desse tipo, pois as lesmas e os recém-nascidos são incapazes de tê-los.¹⁴

É claro que a morte de um bebê frustra os desejos que os seus pais e familiares têm sobre aquela vida, mas por si só, essa vida se equipara à vida ou morte de uma lesma. Interessante, para a análise em questão, é observar que existe uma razão *indireta* para não matar um ser humano, da qual parece que Singer compartilha: a oposição a um assassinato não acontece por causa do mal feito a vítima, mas devido ao efeito que o assassinato vai ter sobre a vida de terceiros. Exemplificando, se alguém é morto e o terceiro passa a saber dessa morte, automaticamente, o gozo da vida do terceiro é interrompido. Isso porque este pode tirar desse conhecimento uma avaliação e/ou reflexão pessoal mais sombria de sua própria vida ao se conscientizar que a vida pode ser breve. Interrompe-se o prazer, e este é o pior mal. O utilitarismo clássico, no qual o autor se fundamenta, também se opõe a um assassinato por causa da felicidade que a vítima poderia ter experimentado num futuro.¹⁵

Não se pode dizer que não existam, no utilitarismo de Singer, princípios morais clássicos como: dizer a verdade, cumprir as promessas, não fazer mal a ninguém, o respeito pela vida das pessoas que desejam continuar vivendo, a autonomia. Mas estes podem ser afastados quando a

12 Cf. Peter SINGER. *Ética prática*, p. 96-98.

13 Cf. Peter SINGER. *Ética prática*, p. 127.

14 Cf. Peter SINGER. *Ética prática*, p. 127, 100.

15 Cf. Peter SINGER. *Ética prática*, p. 101- vida se resume 103.

expectativa é ter um resultado muito melhor. Claramente, em Singer, existe – talvez como motivador de seu discurso – a expectativa de uma vida plena para cada pessoa. A vida ideal é uma vida de pleno gozo e prazer. Uma vida ruim é aquela na qual existe dor e sofrimento.

Para Singer, existem dois tipos de seres vivos: os que são somente “conscientes” e aqueles que têm uma “autoconsciência”. Numa escala de valores, os do segundo tipo são os que possuem mais valor, e são dignos de serem chamados pessoas. Pois somente estes é que podem ter uma vida plena, não ficando nenhum déficit, dolo e/ou dano.¹⁶ Sendo assim, a vida só tem valor de utilidade para a própria pessoa, se esta puder gozar prazeres. E, portanto, é isso que faz dela uma vida mais justificável do que, por exemplo, uma criança ainda no ventre ou de colo, um ser humano deficiente mental, ou um acamado com poucas perspectivas de gozo após sua parcial recuperação.

Na leitura realizada, conclui-se que Peter Singer faz uso constante de uma “chave hermenêutica” (baseando-se tanto no utilitarismo clássico quanto preferencial) para dizer qual ser possui mais dignidade. Essa chave é a antítese entre prazer e dor, que se tornou o parâmetro matemático para calcular se a vida do ser humano vale a pena continuar a existir. Para Singer, homem e mulher somente são dignos se possuem uma vida prazerosa, que parece ser o grande lucro da existência. Tem-se aqui, portanto, uma transferência de referências. Substitui-se a sacralidade da vida pelo critério do prazer e da utilidade. A pergunta é se é assim que o ser humano se compreende, como um ser em eterna busca por prazer para a sua auto-satisfação. Se gozar até a morte.

4. Konrad Lorenz: exemplo de uma busca por autocompreensão

Diante da transferência de referências, é lógico que o ser humano estará em busca de uma nova autocompreensão. A pergunta aqui colocada é sobre a questão do mal, da agressão, do que antes, pelos agora “antiquados referenciais”, se denominava de pecado; aquilo que sempre esteve estreitamente ligado à *consciência*. O teólogo luterano Gottfried Brakemeier, em seu livro “*O ser humano em busca de Identidade*”, muito bem disse que falar de pecado no novo mundo que se apresenta é *antipático*. “Parece colidir com a dignidade do ser humano, revelar impróprio pessimismo antropológico”. “O que sobrou do termo, não passa de caricatura”.¹⁷

Julgou-se interessante apresentar neste estudo, mesmo que de

16 Cf. Peter SINGER. *Ética prática*, p. 105-118.

17 Cf. Gottfried BRAKEMEIER. *O Ser humano em busca de Identidade*, p. 49.

forma muito sucinta, um pouco do pensamento do renomado etologista Konrad Lorenz; como exemplo de uma tentativa de explicação sobre o que antes se chamava pecado. Isso também facilitará perceber de forma mais clara o processo de desenvolvimento entre o período da secularização e o da secularização da secularização.

Lorenz analisa a agressividade do ser humano comparando-o com outros animais, numa tentativa de buscar entendimento. A conclusão é que o ser humano, como todos os outros animais, tem um interior de instintos que determinam o seu comportamento. O etologista de Viena diz que a agressividade, também no ser humano, encontra-se em suas condições naturais, pois é um dos instintos, como qualquer outro, que contribui para a conservação da vida e da espécie. Mas ele percebe que pela própria ação humana, a sua agressão – que originalmente serviria somente para a preservação – estaria produzindo freqüentemente efeitos prejudiciais nocivos, ou ainda, maléficos contra seu semelhante e, conseqüentemente, contra o seu habitat. Para Lorenz, o instinto da agressão no homem funciona em falso. Aquilo que antes era um instinto “puro”, guardião da vida, foi mesclado a algo que, às vezes, ocasiona um giro de 180 graus, resultando em efeito contrário ao pretendido originalmente, isto é, de promovedor da vida, o homem passa a ser responsável pela destruição, pela morte.¹⁸

Segundo ele, aquilo que elevou o ser humano acima de todos os outros animais, a saber, suas faculdades mentais, não são completas bênçãos. Haveria nelas um paradoxo. Seriam benção e maldição, pois são justamente estas faculdades mentais que ameaçam o extermínio da humanidade. O homem seria então, por natureza, uma criatura em perigo. Mas a responsabilidade racional, surgida a partir de um instinto de curiosidade, é o meio pelo qual o homem pode impedir o abuso do instinto em questão. Sendo lançada uma esperança.¹⁹

No último capítulo do livro em questão, Lorenz, na sua “profissão de otimismo”, escreve o seguinte:

(...) O mal é por definição o que põe o bem em perigo, e o bem é aquilo que consideramos como um valor. Como o conhecimento representa para o cientista o mais alto de todos os valores, ele vê o mais baixo dos valores negativos naquilo que entrava o progresso. No meu próprio caso, o perigoso murmúrio da minha pulsão de agressão persuadir-me-ia provavelmente a ver a personificação do mal em certos filósofos que desprezam a ciência natural e, sobretudo naqueles que, por razões puramente ideológicas, se recusam

18 Cf. Konrad LORENZ. *Agressão: uma história natural do mal*, p. 9-11.

19 Cf. Konrad LORENZ. *Agressão: uma história natural do mal*, p. 249-250.

crer na teoria da evolução. (...) Por outras palavras, mais valerá renunciar a toda a personificação do mal, pois isso leva demasiadas vezes à espécie de guerra que é a mais perigosa de todas: a guerra religiosa. (...) são necessários bastante conhecimentos para captar os verdadeiros valores da humanidade, aqueles que merecem ser servidos e defendidos. (...) Existem pelo menos três grandes empreendimentos humanos cujo **valor supremo e incondicional** não pode ser posto em dúvida por nenhum ser humano: a arte, a procura pelo belo, a ciência, a procura da verdade e, terceiro empreendimento independente, que não é arte nem ciência embora utilize uma e outra, a medicina, esse esforço para minorar os sofrimentos dos homens.²⁰ [Obs.: negritos do autor]

A partir da citação exposta acima, observa-se que o mal ainda é atuante. Primeiro ele causa desequilíbrio, e depois atua como sendo o aquele que se opõe ao bem. Mal é aquilo que pode barrar o progresso científico, o progresso do saber, gerando então mais mal, impedindo o crescente saber racional, aquele que pode impedir uma catástrofe iminente. Para um religioso, a lógica de Lorenz não lhe é estranha. No capítulo XIII – *Ecce Homo* – nota-se que Lorenz fala de maneira religiosa em sua exposição acerca do homem. Como evolucionista convicto, tem o ex-teólogo anglicano formado no *Christ's College*, Charles Darwin como o “profeta” do “*deus*” construtor de toda a filogenética; “*deus*” esse que criou indiretamente todos os instintos que levaram o ser humano a ter costumes que se tornaram ritos, *gerando* assim, por meio do instinto de curiosidade, o pensar conceitual, portando a razão e com isso toda a moral. Assim, esse “*deus*” também traz a *soteria* em meio a uma possível tragédia. Mas a realidade da “salvação” não livra o ser humano do mal, pelo menos não a princípio.

Lorenz critica o pensamento do filósofo Immanuel Kant, dizendo que é inadmissível acreditar que é a razão a comandante do comportamento do ser humano. Para ele, a ausência de qualquer apreciação afetiva de valores poderia fazer o ser humano exterminar aquilo que é sem significado. Somente o “instinto de apreciação irracional” poderia criar um imperativo categórico. Este é impossível à razão, que sem o instinto seria somente um maravilhoso sistema mecânico sem motor que o faça funcionar. O ser humano, para se prevenir de sua própria agressão nociva, consciente ou inconscientemente, criou normas e ritos sociais, que se tornaram valores

20 Cf. Konrad LORENZ. *Agressão: uma história natural do mal*, p. 292.

importantes em sua vida. É a compreensão e o repensar desses valores que poderia dar esperanças em meio a uma terrível iminência da destrutividade humana para com seu próprio semelhante.²¹

Na opinião do autor em questão, os costumes e os tabus que orientam a moral podem tornar-se suficientemente fortes para motivar o comportamento de maneira análoga à dos instintos autônomos. Aquilo que antes era costume transforma-se em rito que, por sua vez, adquire um caráter sagrado, que passa a ser amado e considerado como valor cuja transgressão é severamente condenada pela opinião pública. Esses costumes, que não são uma invenção humana, mas criados pelos “*Grandes Construtores*”, são de vital importância, mesmo não se conhecendo de imediato seu sentido e a abrangência de sua existência.²²

Lorenz, para fundamentar seus estudos sobre o ser humano, realiza analogias com o comportamento de outros animais, como peixes, aves e outros. Nestes encontra uma espécie de “chave hermenêutica” para entender o ser humano e o seu mal; mostrando que a causa do comportamento é a mesma em ambas as espécies – ser humano, peixes, aves, etc.²³ Para Erich Fromm, a teoria de Lorenz encontrou grande receptividade, pois a obra sensibilizou em muito o pensamento de pessoas (e não poucas) que preferem acreditar que a tendência existente no ser humano para a violência e para a guerra nuclear, seja devido a fatores biológicos que estão além do próprio controle, do que “a abrirem seus olhos e verem que essa tendência é devida a circunstâncias sociais, políticas e econômicas de nossa própria elaboração”.²⁴ Uma clara tentativa de eliminar a própria culpa pessoal e social, que é extremamente constrangedora.

É perceptível que Lorenz se encontra dentro da secularização, que tem como principal figura o filósofo Immanuel Kant, ao não desvalorizar as antigas referências que podem servir como imperativos categóricos. Lorenz impõe uma nova origem para estas. Enquanto no iluminismo a lei universal da razão está dentro do próprio ser humano, sendo ela dada por Deus, e estando presente na mente e na estrutura do mundo, para Lorenz os imperativos categóricos, e assim a moral, são oriundos dos instintos mais primitivos, que não são uma invenção humana, mas algo criado pelos “*Grandes Construtores*” da biogênese para a preservação da vida.

Em Lorenz, vê-se a preocupação por novo entendimento do mal existente, e talvez uma maneira de evitar a colisão que o termo “*pecado*”

21 Cf. Konrad LORENZ. *Agressão: uma história natural do mal*, p. 254-258.

22 Cf. Konrad LORENZ. *Agressão: uma história natural do mal*, p. 255-267.

23 Cf. Konrad LORENZ. *Agressão: uma história natural do mal*, p. 13-148.

24 Cf. Erich FROMM. *Anatomia da Destrutividade Humana*, p. 60-61, 41.

parece realizar contra a dignidade humana. Certamente aquilo que o conceito de pecado carrega consigo colide com a antropologia da era das luzes. Ao ponderarem-se as diferenças entre o pensamento de Lorenz e, por exemplo, a de Peter Singer, notar-se-á que, atualmente há uma crescente desvalorização de todos os parâmetros, até mesmo os que ainda acompanhavam e estavam presentes no processo da secularização. Singer já mostra que existem novos referenciais para denominar, por exemplo, o bem e o mal, que se traduzem como prazer e dor. Com isso, o que sobrou do termo “pecado”, ainda mais na secularização da secularização, realmente não passa de uma mera caricatura.

III. AUTONOMIA E VERDADE NO ILUMINISMO KANTIANO E NA MODERNIDADE DE DESCARTES

Os diagnósticos realizados e apresentados anteriormente mostram que existe, em meio a toda essa transferência de referenciais, um mal-estar. O conselho: “viva sem ter dívida com ninguém, inventando sua própria vida, e seus próprios valores”, não parece tão fácil de ser seguido. Procurar novas verdades que possam dar sentido à vida no lugar das verdades universais parece uma tarefa tão árdua quanto impossível. Diante disso, é importante analisar o lugar das heteronomias no Iluminismo, e assim, o imperativo categórico de Kant e sua concepção de autonomia. Posteriormente será analisado o pensamento do filósofo René Descartes sobre seu método (*Cogito ergo sum*), e a ligação deste com a verdade.

1. As heteronomias, o imperativo categórico e a autonomia em Immanuel Kant

O filósofo iluminista mais destacado definia sua corrente como aquela que liberta o homem de suas tutelas, por exemplo, as leis da igreja e do estado. “É a saída do homem de sua menoridade de que ele próprio é culpado.” É sua própria culpa se a “menoridade” não reside na falta de entendimento, “mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem”. Para Kant, a palavra de ordem do Iluminismo era: “tenha a coragem de te servires do teu próprio entendimento!”. O ser humano deveria fugir da comodidade de “ser menor” e assumir-se como seu próprio tutor. Ele demonstrava que é mais confortável ter guardiões e autoridades para dirigir a vida; mas esse conforto deveria ser abandonado. O ser humano deveria cuidar de si mesmo, pois a autonomia faz parte de

sua natureza.²⁵

O Iluminismo procurava estabelecer o mundo baseado na razão autônoma. Assim não se admitiam heteronomias, sendo essas arbitrárias; a sua dependência contradiz a natureza humana. Para Kant, a razão é a consciência dos princípios da verdade e da justiça, portanto, nela reside a moral. Para entender a sua concepção de autonomia como libertação das heteronomias – leis de Deus, da igreja e do estado – é interessante discorrer brevemente sobre seu escrito, *Fundamentos da metafísica dos costumes*.

Para Kant, os talentos do espírito como: o discernimento, a capacidade de julgar, a astúcia e outros são bons e desejáveis, mas podem, “chegar a ser maus e perniciosos, se a vontade que deve usar destes dons da natureza (a vontade que determina a ação) não for boa”.²⁶ Assim, “boa vontade” somente pode ser considerada assim pelos seus fins, não sendo boa pelo que promove, pois seria um meio para alcançar um fim exterior. Se a finalidade de um ser racional fosse somente a sua própria conservação, o bem-estar, a felicidade, todas as ações desta criatura deveriam ser orientadas pelo instinto, e não pela razão; isto é, se a vontade fosse boa pelo que atinge, e não pelo que é em si, teria que se reconhecer que o instinto é superior à razão, pois por meio do instinto é bom aquilo que se promove, ou seja, os meios.²⁷

Kant percebe que, muitas vezes, se observados de perto os pensamentos e esforços, “depara-se com o amado **eu** que continuamente se destaca sobre o qual se fundam os propósitos, e não sob o estreito mandamento do dever, que muitas vezes exigiria a renúncia (pessoal) e o sacrifício”.²⁸ Para descobrir então, se não é o *eu* que está se destacando em vez da razão, e assim do dever, ele faz uso do que chama de filosofia prática. Para ele, só por meio desta que se poderia descobrir a razão; encontrando assim informações sobre a fonte do princípio regente do dever. É tão necessário quanto importante operar uma crítica à própria razão, para perceber seus limites e alcances.²⁹

Segundo ele, as leis, e conseqüentemente os deveres de cada pessoa, encontram-se *a priori* na razão pura prática. Exemplificando: o ser humano não descobre aquilo que é seu dever e nem a moral a partir das experiências empíricas individuais ou sociais, mas se encontra já antes de qualquer experiência, portanto, *a priori*. As “morais” – ou, os conceitos

25 Cf. Immanuel KANT. *A paz perpétua e outros opúsculos*, p. 11-13.

26 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 35.

27 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 38-39.

28 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 62-63.

29 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 56-58.

morais – que surgem a partir das experiências empíricas são como exemplos que servem de alento, colocando fora de dúvida a possibilidade de fazer o que a lei manda; mas não podendo estas tomar o lugar do verdadeiro dever, que se situa na razão *a priori*.³⁰ O meio para descobrir essa moral, o dever puro, é o imperativo categórico.

O pensador iluminista traz consigo a compreensão de dois imperativos, o *hipotético* e o *categórico*. Ambos mandam. Os imperativos hipotéticos são aqueles que determinam que quando se quer determinada coisa há um meio, uma ação a se fazer (“faz-se isto para alcançar aquilo”). Esse imperativo diz somente que a ação é boa para algum propósito possível ou real. Já o imperativo categórico seria o que representa uma ação por si mesma, sem referência a nenhum outro fim. A ação é representada como boa em si mesma, “isto é, como necessária numa vontade conforme em si mesma com a razão, como um princípio de tal vontade”. O imperativo categórico impõe-se não pela finalidade que quer atingir; ele é necessário e tem um caráter de lei prática. Não impõe como condição nenhum propósito a obter por meio de certa conduta. O imperativo categórico é o único imperativo da moralidade.³¹

Para descobrir a moralidade, Kant faz uso do imperativo categórico: “age só, segundo uma máxima tal, que possas querer ao mesmo tempo que se torne uma lei universal”. E a partir disso, formula alguns exemplos:

(1) Um homem que, por uma série de adversidades fosse levado ao desespero, sente desapego à vida e tem ainda bastante razão para indagar se não será contrário ao dever para consigo mesmo, tolher-se a própria vida. Experimentemos ver se a máxima de sua ação pode tornar-se lei universal da natureza. A sua máxima, contudo, é a seguinte: ‘Acalento por egoísmo um princípio, o de abreviar a minha vida, quando esta, no seu longo trajeto, ofereça-me mais males do que satisfações’. Trata-se agora de saber se tal princípio do egoísmo possa ser uma lei universal. Logo, porém, se vê que uma natureza cuja lei fosse destruir a própria vida, seria contraditória e não poderia subsistir como natureza; portanto, aquela máxima não pode realizar-se como lei natural universal, e, por conseguinte, contradiz completamente o princípio supremo de todo dever.

(2) Outro se vê premiado pela necessidade de pedir dinheiro emprestado. Bem sabe que não poderá pagar; mas sabe também que ninguém lhe emprestará, desde que não prometa formalmente devolvê-lo dentro de determinado prazo. Sente desejos de formular

30 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 65-69.

31 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 75-78.

tal promessa; mas ainda lhe resta bastante consciência para indagar a si mesmo: ‘Não será proibido, não é contrário ao dever sair-se de apuros dessa forma?’. Suponhamos que, apenas disso, se decida fazê-lo. Sua máxima de ação seria essa: ‘Quando eu julgo estar precisando de dinheiro, tomá-lo-ei emprestado e prometerei o seu pagamento, ainda quando sei que não o farei nunca’. Este princípio do egoísmo ou da própria utilidade é talvez mais compatível com o meu bem-estar futuro. Mas a questão agora é esta: tal coisa é lícita? Transformo, pois, a exigência do egoísmo em uma lei universal e disponho assim a pergunta: que sucederia se a minha máxima se tornasse lei universal? Em seguida, observo que nunca pode valer como lei natural universal, nem convir consigo mesma, mas que sempre há de ser contraditória.

(3) Um terceiro descobre em si mesmo certo talento que, com a ajuda de alguma cultura, poderia fazer dele um homem útil sob os diferentes aspectos. Encontra-se, todavia, em circunstância de desafogo e prefere ir a procura de prazeres a esforçar-se por ampliar e melhorar suas felizes disposições naturais. Mas indaga a si mesmo, se a máxima de deixar incultivados seus dotes naturais se coaduna não só com sua tendência à preguiça, como também com o que denominamos o dever. Então, deduz que bem pode subsistir uma natureza que se oriente por tal lei universal, ainda que o homem (...) deixe que se desperdicem seus talentos e entregue a vida à ociosidade, aos prazeres e à reprodução, numa palavra, ao gozo; mas não pode querer que esta seja uma lei natural universal ou que esteja impressa em nós mesmos como tal pelo instinto natural. De fato, como ser racional que é, necessariamente quer que se desenvolvam todas as suas faculdades em si mesmo, porque elas lhe são dadas, para toda a sorte de possíveis propósitos.³²

Esses exemplos do próprio Kant ajudam a entender que é uma lei necessária poder querer que uma máxima de uma ação se torne uma lei universal: “tal é o cânon do juízo moral da mesma em sentido geral”. Para ele há ações que são constituídas de tal forma, que a sua máxima não pode ser, sem contradição à moral da razão, sequer pensada como lei natural universal, e muito menos que se possa querer isso. Por meio do “questionamento”, a partir dessa lei necessária, é que se descobrem as leis *a priori* – aquelas que existem já antes da experiência empírica, portanto as leis perfeitas – que já estão arraigadas ao conceito da vontade de um ser

32 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 89-93.

racional em geral.³³

O ser humano enquanto pessoa existe como um fim em si mesmo, e assim, é preciso que este encontre e viva através do imperativo categórico, segundo a lei moral, que também tem um fim em si mesma. O viver segundo a boa vontade - considerada assim pelos seus fins – é viver com autonomia. “Para isso deve-se agir de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre simultaneamente como fim e nunca simplesmente como um meio”. Assim todas as máximas que não puderem se adequar à lei universal devem ser rejeitadas, porque a vontade é legisladora em si mesma, e por isso pode ter a submissão à lei de que ela própria é autora, isto é, a lei que o ser humano obedece. A lei que faz surgir no homem o dever tem origem na sua própria vontade.³⁴

Diante do exposto acerca da moral, observa-se que o pensador iluminista, ao romper com os universais, com as leis heterônomas, rompe conseqüentemente com concepções cristãs a respeito do ser humano. Pois, mesmo que a autonomia não significasse fazer de si uma lei, mas que a lei universal da razão está dentro de cada ser humano, Kant dava ênfase na obediência à lei que se encontra na própria natureza humana. Segundo ele, essa obediência é muito bem possível. Ele assim pensava na certeza de que, ao obedecer à autoridade que vem de fora se estaria agindo contra a vontade da própria razão humana, submetendo-se então a algo que não seria a pura razão encontrada nas estruturas do ser humano.

Percebe-se que ele inaugurou um movimento de libertação das heteronomias, que muitas vezes se apresentavam como arbitrárias, como as leis eclesiásticas e governamentais – pensando nas “autoridades demoníacas do *ancien regime* no século dezoito na França e na Europa em geral”.³⁵ Socialmente falando, o Iluminismo foi, por assim dizer, uma revolução burguesa, feita a partir de pensadores. “Foi uma revolução das potencialidades autônomas do homem contra os poderes heterônomos que não mais lhe convenciam.”³⁶

A consciência na Idade Média sempre esteve ligada àquilo que a igreja/estado davam por verdade. Mas isso passa por uma transformação a partir do início da modernidade, com a dúvida metódica de René Descartes. Ao que parece, as perguntas e dúvidas acerca daquilo que a igreja e/ou estado impunham às pessoas como verdade e/ou lei, progrediram a partir de Descartes, chegando ao seu auge no movimento iluminista, no qual se

33 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 96-98.

34 Cf. Immanuel KANT. *Fundamentos da Metafísica dos costumes*, p. 100-101.

35 Cf. Paul TILLICH. *História do pensamento cristão*, p. 285.

36 Cf. Paul TILLICH. *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*, p. 58.

viu nas heteronomias arbitrariedades insuportáveis.

Seria errôneo pensar que Kant não admite a existência das heteronomias, mas estas deveriam ser avaliadas a partir daquilo que se compreende por autonomia, isto é, com toda a compreensão da lei que se encontra *a priori* na razão pura prática. Para ele, a responsabilidade daqueles que possuem entendimento era de sair da menoridade e agir de forma adulta e consciente frente às heteronomias que se apresentavam, avaliando-as. Para Kant, é na razão que se encontra a verdade, a moral perfeita, por meio da qual se poderia viver de maneira correta, ficando a consciência tranqüila. O atingir a moral e a verdade por meio da razão é o pensamento típico da modernidade. E assim logo se pensa em René Descartes.

2. A Consciência e a verdade a partir do “*cogito ergo sum*” de René Descartes

No tópico anterior citou-se o filósofo moderno René Descartes. A distância temporal entre ele e Kant, ou até mesmo a época atual é considerável. Mas certamente é um filósofo, assim como Kant, que tem suas influências marcantes até mesmo na pós-modernidade.

Descartes enfatizou a consciência como ponte para todo o conhecimento verdadeiro. Em sua obra, *Discurso do método*, há uma elevação do sujeito individual, sendo este capaz de atingir a perfeição, a verdade das coisas. Já no início de seu escrito, Descartes aponta para a importância capital de um método para atingir a verdade, a ciência. Deveria ser um método novo, pois os antigos não eram fecundos o suficiente, por estarem principalmente ligados aos sentidos (método indutivo).³⁷

Descartes parte dos princípios universais, fazendo uso do que se conhece como método dedutivo. Somente por meio deste método se chegaria ao progresso do saber e à descoberta da verdade. São quatro métodos, os quais ele acreditou serem suficientes para sua nova maneira de pensar, descritos na citação:

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele.

O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de

37 Cf. René DESCARTES. *Discurso do método*, p. 35-42.

melhor solucioná-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo, até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de efetuar em toda a parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir.³⁸

Descartes dedicou-se a buscar a verdade partindo do princípio da *dúvida*, uma espécie de chave hermenêutica para se chegar a ela. Questionou todos os conceitos existentes, pois, segundo ele, os sentidos podem enganar o homem. Presumiu “que não existia nada que fosse como eles nos fazem imaginar”.³⁹ Para chegar a tão desejada verdade, ele põe em dúvida tudo o que havia aprendido das ciências até o momento. Isso pode ser observado em suas próprias palavras, quando afirma:

Decidi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais corretas do que as ilusões dos meus sonhos. Porém, logo em seguida, percebi que, ao mesmo tempo que eu queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava.⁴⁰

Cogito ergo sum se tornou o primeiro princípio do seu pensar filosófico. Com isso ele chega a uma certeza: “por ser um ser pensante, eu existo”. Descobriu também que o *conhecer* é mais perfeito que o *duvidar*. Após falar do *cogito*, Descartes se preocupa em afirmar com veemência a existência de Deus. Para ele, se é certo que o homem tem um corpo, que existem os astros e a Terra, mais certo ainda é que Deus existe e é um Ser Perfeito. Tudo o que é verdadeiro, tudo o que se conhece e tudo o que existe se origina em Deus. Deus deu ao homem a *razão*, que é o fundamento da verdade. “Jamais devemos nos deixar convencer, exceto pela evidência de nossa razão”⁴¹, diz Descartes. Com isso ele afirma que os sentidos são enganosos. Pelos sentidos jamais se chegará a uma verdade.

38 Cf. René DESCARTES. *Discurso do método*, p. 49-50.

39 Cf. René DESCARTES. *Discurso do método*, p. 61.

40 Cf. René DESCARTES. *Discurso do método*, p. 62.

41 Cf. René DESCARTES. *Discurso do método*, p. 68.

Eles precisam ser superados, juntamente com o subjetivismo. O *cogito* é a verdade objetiva.⁴²

A razão é o meio pelo qual, por meio do exercício da dúvida, chega-se ao conhecimento da verdade e, assim sendo, a existência do ser pensante é inquestionável. A dúvida é o ponto de partida para a construção da verdade. Descartes faz distinção entre corpo (*res extensa*) e alma (*res cogitans*). Ou seja, na alma está a racionalidade, que é colocada acima de tudo. Corpo e alma coexistem, mas separadas. O homem é um ser que tem alma, que é racional, que *cogita* e é isso que o diferencia de todos os animais.⁴³

A consciência, portanto também a razão, é para Descartes o meio pelo qual, através da dúvida metódica, atinge-se a verdade. Só a partir de então se pode viver na verdade e ter certeza dela. Certamente o método cartesiano influenciou e influencia o pensamento atual acerca da consciência e sua busca pela verdade. É por certo que seu pensamento acerca da razão se encontra presente ainda hoje, perpassando Kant.

O questionamento e a dúvida sobre a comprovação e veracidade do método cartesiano para encontrar a verdade anseia por uma busca de compreensão que seja distinta da de Descartes. Acredita-se que uma maneira diferente de pensar e agir de maneira autônoma diante das heteronomias existentes na época pode ser encontrada no Reformador Martinho Lutero.

IV. LUTERO: UMA AUTONOMIA A PARTIR DA TEONOMIA

Ao analisar-se a história e pensamento de Martinho Lutero, nota-se nele alguém que estava à procura de uma verdade que pudesse dar liberdade para suas angústias, aflições, pensamentos, etc., e à situação na qual ele conviveu; foi alguém em busca de respostas existenciais. Ele enxerga uma verdade que não se encontra na razão, ou seja, em si mesmo, assim como para Descartes, Kant, e também para o intelectualismo pós-moderno, mas sim nas Escrituras.

1. Uma breve análise do percurso de Lutero e sua relação com a igreja e o estado

Martinho Lutero, em 1502, recebeu, após seus estudos acadêmicos centrados principalmente em Aristóteles, o grau de mestre em artes, que o possibilitava lecionar nesta mesma área da ciência. Por influência de seu pai, iniciou seus estudos em Direito, mas pouco tempo depois, diante

42 Cf. René DESCARTES. *Discurso do método*, p. 63-67.

43 Cf. René DESCARTES. *Discurso do método*, p. 69-84.

de uma experiência tenebrosa, fez a promessa de ser monge, entrando então num convento dos agostinianos eremitas observantes. Realizou seus estudos teológicos, chegando a dar aulas de filosofia moral, interpretação bíblica, e Sentenças de Pedro Lombardo.⁴⁴

Entre 1510 e 1511 Lutero esteve em Roma e ficou impressionado com o que viu. Visitou templos, catacumbas e santuários, e peregrinou pelas sete igrejas principais da cidade santa, obtendo indulgências. “As impressões colhidas em Roma não fizeram dele um reformador; antes mostram-no como filho exemplar da igreja medieval”.⁴⁵ Em 1512 tornou-se Doutor em teologia e assumiu a cátedra de Bíblia na Faculdade da Universidade de Wittenberg, no lugar de Johann von Staupitz. Ao mesmo tempo em que Lutero tinha suas funções como professor, ele também desempenhava tarefas pastorais nas paróquias de Wittenberg.⁴⁶

Antes de 1517 já se encontram indícios, nas pregações de Lutero, de que este nutria reservas quanto ao propósito das indulgências; certamente influenciado por questões pastorais.⁴⁷ Para ele, a possibilidade de pagar indulgências realizava um duro golpe na sinceridade da penitência, pois os penitentes se apresentavam aos confessionários munidos de alguma indulgência adquirida, e pouco inclinados a uma confissão sincera de seus

44 Cf. Bernhard LOHSE. *Martin Luther: Eine Einführung in sein Leben und sein Werk*, p. 39.

45 Cf. Martin N. DREHER. *A crise e a renovação da igreja no período da reforma*, p. 26.

46 Cf. Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p. 94.

47 “As indulgências eram entendidas como a remissão, pela Igreja, de uma pena que tinha sido imposta ao penitente, depois que ele tinha confessado sua falta e recebido a absolvição. Isso, por sua vez, baseava-se na idéia de que um ato pecador compreendia não apenas uma falta, mas também uma pena que o pecador devia cumprir sobre a terra ou no purgatório. A sua prática existia desde o século XI. A princípio elas só abrangiam as penas impostas pela Igreja aqui na vida terrena, posteriormente foram estendidas àquelas do purgatório, abrangendo aí também aquelas que se referiam a pessoas já falecidas. A indulgência estava, a princípio, ligada a necessidades particulares, como, por exemplo, indispensabilidade de verbas no fim das cruzadas, mas se tornaram mais rotineiras no final da Idade Média, ligado principalmente às necessidades financeiras do papado. Lutero se opôs à indulgência que foi promulgada em 1506 e retomada em 1517 com a finalidade de financiar a basílica de São Pedro em Roma. A base teórica das indulgências surgiu no século XIII, quando passou-se a acreditar que a Igreja continha os méritos acumulados de Cristo e dos santos, que, por serem supérfluas para aqueles que as tinham realizado originalmente, estariam à disposição dos pecadores comuns na Igreja. Cabia à Igreja então administrar esse tesouro, que não era para comprar entrada no céu, mas para remissão de uma penalidade temporal imposta por causa do pecado. Lutero não rejeita, a princípio, a prática de indulgências, pois ele também a via ligada com o sacramento do arrependimento que era realizado pelo sacerdote.”. Marc LIENHARD. *Martin Lutero: tempo, vida, mensagem*, p. 59-60; Cf. Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p. 94-96. Bernhard LOHSE. *Martin Luther: Eine Einführung in sein Leben und sein Werk*, p. 54-55.

pecados.

Impulsionado pela sua consciência, Lutero redigiu as *Noventa e cinco teses*, que partem não somente como uma questão acadêmica, mas principalmente e inicialmente pastoral, pois seus paroquianos estavam acreditando que poderiam comprar o paraíso, caso adquirissem cartas de indulgências. Mesmo que o mais ávido e conhecido vendedor de indulgências, Tetzel, não tivesse a permissão de entrar em Wittenberg – Frederico, o sábio, não queria concorrência com sua própria coleção de relíquias e as indulgências ligadas a elas, e por outras questões políticas – muitos vinham a Lutero dizendo que já não necessitavam mais da confissão, da penitência e da missa, porque agora possuíam bilhetes para o céu. Os paroquianos foram ao encontro de Tetzel. “Com efeito, dizia-se que uma indulgência papal ‘poderia absolver um homem mesmo que tivesse violado a mãe de Deus, caso isso fosse possível’”.⁴⁸

Como professor de teologia bíblica com preocupações pastorais, Lutero propôs com as *Noventa e cinco teses*, um debate acadêmico em torno da problemática. Enviou-as ingenuamente ao superior de Tetzel, Alberico, o arcebispo de Mainz, pensando que este não soubesse que seu serviçal abusava da autoridade da igreja. Lutero não sabia que Alberico vendia as indulgências para pagar o arcebispado ao Papa – este usando o dinheiro para construção da Basílica – e, com os outros 50%, para devolver o empréstimo feito com casa bancária dos Fugger. “Sem saber, ele havia tocado em alguns nervos bastante sensíveis no que se referia à autoridade papal e a uma intriga política e eclesiástica de vasta abrangência”.⁴⁹

Após a publicação das 95 teses, todos os acontecimentos se aceleraram. “O ataque de Lutero às indulgências foi visto como um ataque à teologia tomista-escolástica, à autoridade papal e à jurisdição

48 Cf. Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p. 96-97.

49 Cf. Bernhard LOHSE. *Martin Luther: Eine Einführung in sein Leben und sein Werk*, p. 56-57. Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p. 98. – Para as pessoas simples, a confissão parecia reduzir-se a uma mera formalidade. Muitas achavam que a indulgência dava cobertura aos pecados que viriam a ser cometidos. Diante disso, Lutero, em 1516, com o Tratado acerca das indulgências, e em 31 de outubro de 1517 com as *Noventa e cinco teses*, insistia na necessidade de um verdadeiro arrependimento – necessidade de contrição (tese 40) –, pois ao confiar nas indulgências estar-se-ia sendo vítima de uma falsa segurança diante de Deus. Isso não significa que a princípio o reformador rejeitasse as indulgências (tese 71), “mas não se deveria aí depositar sua confiança (teses 32, 49, 52), e, sim, ‘ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procede-se melhor do que se comprassem indulgências’”. O verdadeiro tesouro da igreja não são os méritos excedentes de Cristo e dos santos, mas sim, “o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus” (tese 62). E é a essa certeza que Lutero tem a sua consciência intimamente ligada, presa. Cf. Marc LIENHARD. *Martin Lutero: tempo, vida, mensagem*, p. 61

dominicana (da Cúria) sobre os hereges”, mesmo que ele compreendesse seu questionamento referente às indulgências como um debate acadêmico ao qual ele tinha direito em razão de seu juramento doutoral.⁵⁰

A investigação realizada em 1518, em Roma, teve como resultado a acusação de Lutero por heresia e lesa-papado. A situação do príncipe de Lutero, como um possível candidato ao cargo de imperador por parte do Papa, por questões políticas, fez com que ele fosse, a princípio, tratado com mais cuidado, já que se tratava do estimado professor de teologia da Universidade de Wittenberg⁵¹, que tinha Frederico como patrono. No dia 7 de agosto Lutero foi convocado a Roma, mas por interferência do seu príncipe-eleitor, o papado aceitou que ele fosse entrevistado pelo cardeal Caetano. Na entrevista, Lutero insistiu que lhe fossem apontados seus erros. Observou-se então que o problema não girava em torno dos temas ligados à compreensão antropológica e conseqüentemente à justificação e confissão, mas sim no que tocava ao Papa como detentor supremo do magistério da Igreja Universal.⁵²

A 12 de janeiro de 1519 morreu o imperador Maximiliano. Lutero parece ter ficado em segundo plano. Nesse momento, a preocupação da igreja estava no âmbito político. O papado não desejava a eleição de Carlos da Espanha e pensava no príncipe Frederico como novo imperador. No final de junho do mesmo ano, Lutero entrou num debate que estava sendo realizado em Leipzig entre seu colega Karl Karlstadt e o dominicano João Eck. O hábil Eck acusava Lutero de ser hussita.⁵³

Lutero protestou contra as acusações de Eck, mas acabou se dirigindo à biblioteca para conferir o conteúdo dos ensinamentos de Hus. Quando retornou, ele afirmou que muitos dos artigos hussitas que haviam sido objeto de condenação eram verdadeiramente cristãos e evangélicos, e não deveriam ser condenados pela Igreja. Após um momento de silêncio motivado pelo choque, houve um alvoroço.

50 Cf. Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p. 98.

51 Lutero e seus colegas conduziam uma reforma curricular na universidade de Frederico, que substituiu a escolástica pelos estudos bíblicos e patrísticos. “Frederico tinha ciência de que os dominicanos se opunham a essa nova orientação teológica em Wittenberg e passou a proteger seu talentoso professor de Escritura contra seus opositores nas áreas da política (o arcebispo Alberico) e da educação (os dominicanos), os quais, suspeitava ele, fomentavam acusações de heresias a fim de desacreditar Wittenberg e sua universidade”. Cf. Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p. 104.

52 Cf. Marc LIENHARD. *Martim Lutero: tempo, vida, mensagem*, p. 63-65; Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p. 105.

53 Cf. Berhard LOHSE. *Martin Luther: Eine Einführung in sein Leben und sein Werk*, p. 56-57. Marc LIENHARD. *Martim Lutero: tempo, vida, mensagem*, p. 64-65.

Eck continuou insistindo no tema e arrancou de Lutero a afirmação de que tanto o papado como os concílios podem errar. Isso era um triunfo imediato para Eck.⁵⁴

Para Lutero estava claro que, em última análise, “a Escritura é a mais alta autoridade na igreja”, sendo que tudo deve estar abaixo dela e preso a ela. Sendo assim, a igreja não está onde o Papa ou o sacerdote está presente, mas onde a Palavra de Deus é pregada e crida. A Palavra testifica da verdade que é o Cristo crucificado.⁵⁵

O processo contra Lutero foi reiniciado em fevereiro de 1520. Em 28 de junho de 1519, Carlos da Espanha foi eleito imperador, passando a ser chamado de Carlos V. A eleição, com total desagrado por parte da cúria romana, pôs fim às reservas quanto à condenação de Lutero. Em 15 de junho de 1520 foi publicada a bula *Exsurge Domine*, que condena 41 afirmações de Lutero, considerando-as “heréticas, escandalosas, falsas, ofensivas a ouvidos piedosos, sedutoras para mentes simples e contrárias à doutrina católica”.⁵⁶ E em 3 de janeiro de 1521, Lutero foi excomungado com a bula *Decet Ramanum Pontificem*.

A concepção evangélica de liberdade, na qual Lutero estava firme, é também apresentada em suas preleções e pregações. O escrito *Da liberdade cristã*, quando equiparado com o escrito *O cativoiro babilônico da igreja*, tem efeito de oposição (o primeiro texto fala da liberdade e outro sobre o cativoiro) uma crítica à igreja romana, mostrando que o povo de Deus estava sendo mantido cativo pela própria igreja. Para o reformador, o caminho da vida cristã, de justiça e liberdade, está unicamente no evangelho de Jesus Cristo. Principalmente entendido como mensagem do Filho de Deus, que se torna homem, sofre morte de cruz, é ressuscitado e glorificado. Essa é a única Verdade que liberta. Para ele a tarefa da igreja é anunciar esta verdade, que não mantém a pessoa cativa, mas liberta.⁵⁷ O povo alemão simpatizou com as idéias de Lutero, também sobre a liberdade, principalmente diante

54 Cf. Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*, p.108. Martin BRECHT. *Martin Luther: Sein Weg zur Reformation*, p. 304-306.

55 Cf. Martin BRECHT. *Martin Luther. Sein Weg zur Reformation*, p. 306-307, 310-311.

56 Num período de 60 dias, Lutero deveria renunciar seus ensinamentos e escritos, dos quais haviam sido tomadas as 41 afirmações, os quais deveriam ser queimados. Algumas universidades e muitas regiões da Alemanha haviam se colocado contra a determinação da bula. O príncipe Frederico se negou a entregar Lutero, e “houve uma reação imediata na Universidade de Wittenberg: em 10 de dezembro de 1520 foram queimados, diante de um dos portões da cidade, diversos volumes do direito canônico, escritos de Eck e de Emser. O próprio Lutero jogou a bula de ameaça de excomunhão no fogo”. Cf. Martin DREHER. *A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma*, p. 33. Marc LIENHARD. *Martin Luther: tempo, vida, mensagem*, p. 68.

57 Cf. Martin BRECHT. *Martin Luther. Sein Weg zur Reformation*, p. 388-389.

da visível corrupção da igreja romana. Com isso, formou-se um forte sentimento de união nacional contra o cativo da igreja.⁵⁸

2. A autonomia e a consciência de Lutero frente à heteronomia do estado e igreja

Sendo que nenhum alemão poderia ser condenado fora da Alemanha, segundo a promessa de coroação do imperador, Lutero é convocado por Carlos V a se fazer presente na Dieta de Worms, aonde chegou em 16 de abril de 1521, com salvo-conduto imperial. No dia 17 se apresentou diante do imperador, mas não teve a atenção que esperava. Simplesmente foi posto à sua frente uma pilha de livros, e perguntado se ele reconhecia os 20 livros expostos (empilhados em cima de um banco), e se confirmava seus conteúdos na íntegra ou se havia assuntos em que queria retratar-se. Lutero confirmou sua autoria, mas não quis precipitar-se em um assunto tão importante. Diante disso, foi-lhe dado o prazo de um dia.⁵⁹

Então, na quinta-feira, dia 18, pelas 6 horas da tarde, numa sala iluminada por tochas, o porta-voz imperial repetiu as mesmas duas perguntas feitas no dia anterior. Diante das perguntas, Lutero proferiu o discurso (no qual explicou o teor de seus escritos) que havia preparado no dia anterior, e diante deste:

(...) o porta-voz do império disse em tom de repreensão que eu não teria dado uma resposta adequada e que não me caberia discutir o que outrora havia sido condenado e definido em concílios. Por isso se estaria exigindo de mim uma resposta simples e sem cornos: se queria retratar-me ou não.

Ao que respondi:

Visto que Vossa Sereníssima Majestade e Vossas Senhorias exigem uma simples resposta, quero dá-la sem cornos e sem dentes do seguinte modo: *A não ser que seja convencido por testemunhos das Escrituras ou por argumento evidente (pois não acredito nem no Papa e nem nos concílios exclusivamente, visto que é certo que os mesmos erraram muitas vezes e se contradisseram a si mesmos)*

58 Chegou-se a um ponto que Aleander, um dos enviados pela cúria para disseminar a bula na Alemanha, escreveu uma carta para Roma dizendo: “Toda a Alemanha se acha em grande revolta; nove décimos erguem o grito de guerra: ‘Lutero!’; para o outro décimo, caso Lutero lhe for indiferente, a senha é: ‘morte à Cúria romana!’”. Cf. Martin DREHER. *A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma*, p. 32.

59 Cf. Joachim H. FISCHER. *Introdução ao Discurso do Dr. Martinho Lutero perante o Imperador Carlos e os príncipes na assembléia de Worms*. In: *Obras Seleccionadas* vol. 6, p. 121.

– *estou convencido pelas Escrituras por mim aduzidas e minha consciência está presa nas palavras de Deus – não posso nem quero retratar-me de nada, porque agir contra a consciência não é prudente nem íntegro. Que Deus me ajude. Amém.* ⁶⁰

Lutero insistia, já em seu discurso anterior, que fossem comprovados os seus erros. Usando o texto do evangelho de João 18.22-23 (“*Se falei mal, dá-me o testemunho do mal*”), ele queria que seus erros fossem apontados, mas a partir das Escrituras. Somente assim ele poderia se convencer da existência dos mesmos. Não por arrogância, mas por acreditar que seus escritos estavam de acordo com a Palavra de Deus. Interessante é também a seguinte frase de Lutero: “(...) haveremos de cuidar para que o governo desse excelente jovem príncipe Carlos, no qual depositamos grande esperança depois de Deus, não venha a ser infeliz, inauspicioso”. Ficando assim evidente, pelas palavras do reformador, que se poderia depositar esperança no estado, mas não a mesma que em Deus. Conseqüentemente (e isso também se observa em muitos outros dos seus escritos) as leis do estado estão abaixo das Escrituras.⁶¹

“A não ser que seja convencido por testemunhos das Escrituras ou por argumento evidente estou vencido pelas escrituras por mim aduzidas e minha consciência está presa à Palavra de Deus”. A partir dessas palavras de Lutero, identifica-se claramente a sua consciência presa à Palavra de Deus. Para ele, estava claro que os concílios e as decisões papais se mostravam muitas vezes falhas, e se contradiziam; e estas deveriam sempre estar abaixo das Escrituras. Assim como na igreja incorrem falhas e erros, da mesma maneira o estado e o imperador poderiam tomar decisões contrárias ao bem, àquilo que de fato seria bom.

O *argumento evidente*, que Lutero coloca, da razão humana, não é um segundo critério ao lado das Escrituras, mas um recurso auxiliar no entendimento delas. Portanto, para o reformador, a Palavra de Deus está acima de qualquer lei, decisão, opinião, e escrito. Sua consciência lhe dizia que também seus escritos poderiam conter erros, e estes não estavam acima das Escrituras, mas deveriam ser avaliados a partir delas; e não a partir daquilo que o Papa e seus defensores acreditavam ser a verdade.

Isso também fica claro nos sermões de Lutero em Weimar nos dias 19, 24, 25 e 26 de outubro de 1522. O reformador defende que Deus criou, ao lado do estado cristão (igreja) e do Reino de Deus, outro regimento

60 Cf. Martinho LUTERO. *Discurso do Dr. Martinho Lutero perante o Imperador Carlos e os Príncipes na Assembléia de Worms*. In. Obras Seleccionadas vol.6, p. 126.

61 Cf. Martinho LUTERO. *Discurso do Dr. Martinho Lutero perante o Imperador Carlos e os Príncipes na Assembléia de Worms*. In. Obras Seleccionadas vol.6, p. 126.

(Regiment) e os submeteu à espada, “a fim de que, ainda que o queiram, não possam praticar sua maldade, e caso a praticarem, não o possam fazer sem temor e em paz e felicidade”.⁶² Segundo ele, as leis do estado seriam extremamente necessárias para a manutenção do mundo. E o verdadeiro cristão, que não vive para si próprio, mas para o próximo, serve-lhe, fazendo também aquilo que não necessita, mas que é proveitoso e necessário para o seu próximo. “Mesmo que não precise dessas leis para viver, o cristão se submete ao regime da espada, pois visa o que é bom para os outros, assim como ensina Paulo em Ef. 5.21.”⁶³

Diante dessa breve biografia de Lutero, destacando principalmente sua atitude frente as heteronomias e seus desdobramentos, por exemplo, as indulgências, observa-se que o reformador desenvolveu uma atitude autônoma diante daquilo que a igreja lhe apresentava como verdade. Não se pode vê-lo como um monge rebelde que descarta todo o catolicismo e funda uma nova igreja. Claramente não é essa a sua intenção. E nem, a princípio, a sua descoberta da justificação passiva é que o faz ser percebido pela igreja romana. Mas sim, o seu ataque à falsa segurança que as indulgências estavam desenvolvendo nas pessoas, que acreditavam que o arrependimento já não era mais necessário.

O problema era: como pode um monge ser contra a prática de indulgências, dizendo que estas vinham em prejuízo às próprias pessoas, se o Papa, aquele que possui o magistério eclesiástico é a favor, tanto da doutrina como da aplicação delas? Assim, o ataque do reformador a um desdobramento da atuação da igreja foi visto como um ataque à própria autoridade papal. Diante disso Lutero perguntou-se sobre a equivalência de autoridade entre a igreja romana e a Palavra de Deus, as Escrituras. Para o reformador estava claro que a constante tarefa da igreja é ser analisada diante das Escrituras, pois provinha delas aquilo que se pode ter por verdade ou não.

62 “(...) não é possível que se estabeleça um regime cristão geral para o mundo inteiro (...). Pois os maus sempre superam os justos em número. Por isso, se um país inteiro ou o mundo se arriscasse a governar com o Evangelho, seria a mesma coisa que se um pastor juntasse no mesmo estábulo lobos, leões, gaviões e ovelhas e os deixassem conviver livremente e dissesse: “apascentai-vos e sede justos e pacíficos uns com os outros; o estábulo está aberto, tentes pasto em abundância, não preciseis temer nem cães e nem cacetes”. As ovelhas certamente seriam pacíficas, e se deixariam apascentar e governar pacificamente; mas não viveriam por muito tempo, e nem nenhum animal estaria a salvo do outro”. Cf. Martinho LUTERO. *Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência*. In: Obras Seleccionadas vol. 6, p. 86-87.

63 Cf. Martinho LUTERO. *Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência*. In: Obras Seleccionadas vol. 6, p. 88.

Diante da acusação da igreja, Lutero quer que seus erros sejam apontados, não a partir de doutrinas eclesiais, mas a partir das escrituras. Foi nisso que o reformador insistiu até estar em frente ao Imperador Carlos. Claramente Lutero desenvolve uma autonomia, não desrespeitando a heteronomia da igreja – observando e defendendo também a heteronomia do estado – mas insistindo que estas deveriam sempre estar em reforma a partir das Escrituras. Existe em Lutero uma teonomia que rege a autonomia e avalia constantemente as heteronomias. No escrito *Da autoridade Secular e até que ponto se lhe deve obediência*, é nítida também a preocupação de Lutero para que as heteronomias (neste caso o estado), sejam orientadas na Palavra de Deus. Para ele, somente assim se teria um estado e uma igreja que vivem, não na idolatria de si mesmas, colocando-se no trono de Deus, mas que são regidas a partir da verdade que está na Palavra de Deus.

V. REFLEXÕES CONCLUSIVAS E POSICIONAMENTO

Observa-se que, no período atual, doravante denominado de pós-modernidade, há um movimento intelectual diversificado em seu pensar, que aponta novamente para a saída da minoridade, assim como a era das luzes já havia feito. Suas constatações e leituras acerca da situação humana são seguidamente pertinentes, válidas e profundas; como também são as contribuições expostas na primeira parte deste estudo, do psicanalista Charles Melmann e do filósofo Paul Valadier. Mas as dúvidas permanecem acerca das soluções propostas para a saída da minoridade

Sem dúvida, as leituras dos pensadores aqui estudados, das mais diversas ciências – psicologia, filosofia, etc. – são importantes. Revelam, por vezes, de forma muito rica a condição humana, mas deve-se atentar para uma avaliação crítica. O iluminismo nitidamente fazia uso da lógica cartesiana; diante de suas constatações e reações frente a heteronomias, que por muitas vezes se mostravam arbitrarias, buscou-se na razão moral referenciais que pudessem legitimar e ordenar a vida. Assim, mesmo que hoje, em vários momentos, a lógica cartesiana é superada, ainda se buscam no ser humano as verdades que dariam respostas e o libertariam, permitindo-lhe viver a autonomia. Dessa forma, novamente se incorre naquilo que se julga como sendo o erro do iluminismo e também do método cartesiano. A verdade que liberta não se encontra nem deve ser buscada nas estruturas óticas do ser humano, muito menos nas heteronomias, mas na Palavra de Deus, que tem como centro a revelação de Jesus Cristo, o crucificado.

Nesta pesquisa se trouxe, de forma sucinta, os pensamentos de alguns intelectuais que trataram sobre questões referentes ao pensar

da autonomia. A exposição feita acerca do ser humano no novo mundo vivenciado nos faz perguntar sobre o que se compreende por autonomia, e a qual verdade a consciência está ligada. Seria a autonomia uma ação livre de todo e qualquer compromisso? A tentativa foi buscar no prazer, na satisfação pessoal, no desejo, elementos que legitimassem todas as ações, para a libertação de todos os antigos referenciais. Seria essa a maneira de viver de forma autônoma? A *ética prática* de Peter Singer faz pensar que é por esse caminho. E em Lorenz vê-se então uma possível solução para o que era considerado pecado.

Entende-se que a autonomia esteja ligada ao conhecimento da verdade, pois é esta que a possibilita. Com Descartes inaugurou-se a busca pela verdade a partir da dúvida metódica; por se compreender que ela não se fundamenta nas heteronomias, mas fora delas. Pensou-se então no próprio ser humano, na sua consciência; em sua razão. Com isso, passou-se a acreditar que a verdade está nas estruturas ônticas do ser humano. Esse pensamento foi acentuado por Kant, quando convida/sugere que homem e mulher se livrem das heteronomias, que saiam da sua menoridade. Isso seria possível até mesmo para uma ética comum, pois a moral se encontraria na própria razão a partir do imperativo categórico. Na pós-modernidade, esse pensamento é radicalizado. A moral não se concentra mais na busca do bem comum, mas na busca de satisfação pessoal. As heteronomias se tornam teonomias. Diante disso, surge a necessidade de se buscar uma nova maneira de pensar a autonomia. Um pensar a autonomia não a partir de si mesmo, das próprias estruturas ônticas, nem fundamentado na verdade que as heteronomias possam apresentar, mas a partir de Deus, a partir de uma teonomia.

E assim chega-se em Lutero. Mesmo que ele não faça uso dos termos autonomia, teonomia e heteronomia, encontra-se nele um pensar e uma atitude diferenciada a respeito destes. Lutero pensa uma autonomia sob uma teonomia, e uma heteronomia que se orienta na teonomia. É isso que se observou em sua posição frente às indulgências e à Igreja Católica, bem como frente ao estado. Fundamentado nas Escrituras, o reformador tem a sua consciência presa à Palavra de Deus, defendendo que a única verdade que liberta é a verdade do evangelho.

Lutero tinha por centro a Palavra de Deus. Para ele, está claro que é nas escrituras que se revela a verdade acerca do ser humano, mostrando quem de fato ele é. É a mesma Palavra que revela a dignidade humana a partir do amor de Deus, amor de cruz. Essa postura luterana entra em confronto direto com o pensamento de Singer, que diz que o ser humano é digno enquanto tem uma vida prazerosa. Essa mesma Palavra revela a

verdade acerca do mal existente. O mal não existe por causa de fatores biológicos ou por causa do distúrbio de um instinto natural, mas faz parte da existência humana pecadora. A autonomia a partir da teonomia não desmerece as heteronomias, mas as vê como necessárias para a manutenção da ordem do mundo; colocando-as em constante avaliação a partir das Escrituras.

Aquilo que se observou sobre o ser humano mostra que ele está, mais do que nunca, encurvado em si mesmo. A falta de referenciais, os limites ultrapassados, o proibido, o impossível, o inimaginável, que ficam no passado, colocam isso em clara evidência. A busca por satisfazer todas as paixões, o desejo que por si só já funciona como legitimador de um ato, caracteriza um ser humano que está em falta consigo mesmo. Existe uma imensa gama de possibilidades que são colocadas frente à pessoa, mas há falta de clareza sobre o que é bom para si. Não se consegue constituir uma base reconhecida, estando constantemente entregue a si mesmo, enquanto lhe falta uma própria noção de distinção entre o bem e o mal. É para este ser humano que a Palavra de Deus vem trazer a liberdade da própria tendência de fazer da vida uma busca frenética por prazer e lucro. Uma liberdade que mostra a verdade, revelando o pecado humano, e suas conseqüências para com o mundo em que este vive e convive.

Finalizando, o que se propõe não é encontrar em Lutero bases para o exercício da autonomia frente às heteronomias, mas sim, a partir do seu exemplo, remeter todas as consciências para a base da autonomia, que é o Verbo encarnado, crucificado, morto e ressurreto, testemunhado pelas escrituras. *“Pois para a liberdade foi que Cristo vos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais, de novo, ao jugo da escravidão”* (Gl 5.1).

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, fica claro que a lógica cartesiana se faz presente, tanto no pensamento em torno da moral em Kant, quanto na pós-modernidade, onde é radicalizada, passando a moral regente ser a busca por prazer. Existe também hoje um movimento intelectual e científico que busca as verdades sobre o ser humano nele mesmo, querendo-se assim sair da menoridade e viver uma autonomia. Mas os próprios estudos revelam a impossibilidade disso; como exemplo, viu-se as propostas de Singer e Lorenz. Claramente a tendência é de desvalorizar por completo todas as heteronomias, ou de fazer das novas heteronomias, teonomias.

Em Lutero, observa-se uma atitude e pensamento diferente. Para ele a verdade não se encontra no ser humano, mas na Palavra de Deus,

no Cristo, o crucificado. Somente a partir do evangelho se encontra a verdade que liberta. Esta não vem de estruturas ônticas do ser humano, mas de Deus. É somente a partir dessa verdade que se encontra libertação e possibilidade de viver uma verdadeira autonomia; a autonomia que está sob a teonomia.

Essa autonomia não desmerece as heteronomias, antes luta para que as mesmas estejam em constante reforma a partir da Palavra de Deus. Assim, também não encontramos a verdade nas heteronomias, mas elas devem se orientar na verdade eterna, no evangelho. Logicamente também não é no próprio reformador que encontramos as bases para se falar da autonomia, mas a idéia é de remeter, a partir dele, para as Escrituras. Ela revela que: *“foi para a liberdade que Cristo vos libertou. Permanecei, pois firmes, e não vos submetais, de novo, ao jugo da escravidão”* (Gl. 5.1). Necessita-se viver a partir do evangelho, somente então, há verdadeira liberdade, e uma autêntica autonomia.

BIBLIOGRAFIA

- BRAKEMAIER, Gottfried. O Ser Humano em busca de Identidade: contribuições para uma antropologia teológica. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2002.
- BRECHT, Martin. Martin Luther. Bd. 1. Sein Weg zur Reformation : 1483-1521. Stuttgart: Calwer Verl, 1990.
- DESCARTES, René. Discurso do Método. Descartes – Vida e Obra, p. 35-100. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- DREHER, Martin N. A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma. Coleção história da Igreja vol.3. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
- DREHER, Martin N. Lutero e a Dieta de Worms de 1521. *in*: DREHER, Martin (org.). Reflexões em Torno de Lutero. Vol.II. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- FISCHER, Joachim H. Introdução ao Discurso do Dr. Martinho Lutero perante o Imperador Carlos e os Príncipes na Assembléia de Worms. *In*: Obras Seleccionadas, vol.6, p.121-122. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Concórdia Editora, 1996.
- FLEIG, Mário. O delírio de autonomia e a dissolução dos fundamentos da moral. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, edição 220, p. 31-36, 2007.
- FROMM, Erich. Anatomia da Destrutividade Humana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

- KANT, Immanuel. A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70, 1992.
- KANT, Immanuel. Fundamentos da metaphysica dos costumes. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1936.
- LIENHARD, Marc. Martin Lutero: tempo, vida e mensagem. São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- LINDBERG, Carter. Reformas na Europa. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- LOHSE, Berhard. **Martin Luther: Eine Einführung in sein Leben und sein Werk**. München: Beck, 1982.
- LORENZ, Konrad. A Agressão: uma história natural do mal. Santos: Editora Martinsfontes, 1973.
- LUTERO, Martinho. Da autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. In: Obras Seleccionadas, vol.6, p. 79-114. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Concórdia Editora, 1996.
- LUTERO, Martinho. Discurso do Dr. Martinho Lutero perante o Imperador Carlos e os Príncipes na Assembléia de Worms. In: Obras Seleccionadas, vol.6, p. 121-126. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Concórdia Editora, 1996.
- MELMANN, Charles. O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- MAY, Rollo. O homem a procura de si mesmo. Petrópolis: Vozes, 1973.
- REHFELT, Mário L.; DREHER, Martin N. Introdução ao escrito: Debate e Defesa do Fr. Martinho Lutero contra as Acusações do Dr. João Eck. In: Obras Seleccionadas vol.1, p. 257-259. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia Editora, 1987.
- SINGER, Peter. Ética Prática. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- TILLICH, Paul. História do Pensamento Cristão. São Paulo: ASTE, 2004.
- TILLICH, Paul. Perspectivas da Teologia Protestante nos séculos XIX e XX. São Paulo: ASTE, 2004.
- VALADIER, Paul. O Elogio da consciência. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2000.
- WESTPHAL, Euler Renato. Brincando no paraíso perdido: as estruturas religiosas da ciência. São Bento do Sul: União Cristã, 2006.
- WESTPHAL, Euler Renato. Oitavo dia: na era da seleção artificial. São Bento do Sul: União Cristã, 2004.